

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estados do Maranhão Class.: 34Data: 18/11/1992 Pg.: _____

Produtores são contra reserva indígena krikati

Uma comissão de produtores rurais do município de Montes Altos vai se reunir com o Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, para protestar contra a demarcação da reserva indígena dos Krikatis. Os proprietários rurais levarão ao ministro um memorial elaborado pelos prefeitos da região e entregue no início do governo Collor ao então ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. A área dos Krikatis teve a sua autorização demarcada na gestão do ministro Célio Borja, mas ainda não foi efetivada. A discussão sobre a reserva indígena começou em 1976, quando surgiram as primeiras tentativas de entendimentos entre representantes da Funai, dos proprietários rurais e dos índios. (Página 12)

- Comissão contesta demarcação de área

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, recebe em Brasília, esta semana, uma comissão de proprietários agrícolas do município de Montes Altos, no Maranhão, que vão contestar a demarcação da reserva indígena dos kricatis da Aldeia São José. A área reservada aos kricatis foi autorizada pelo ex-ministro Célio Borja, do governo Collor de Mello, mas a demarcação ainda não foi efetivada.

Os agropecuaristas levarão a Maurício Corrêa uma cópia do memorial dirigido ao então ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, pelos prefeitos de Montes Altos, Sítio Novo, Açailândia, João Lisboa, Carolina e Porto Franco, em dezembro de 1991. No documento, os proprietários rurais querem que a área indígena não ultrapasse 20 mil hectares em torno da aldeia São José, o que acham suficiente para ser ocupada por cerca de 400 kricatis para o desenvolvimento de suas atividades e habitação.

A controvérsia em torno da reserva indígena ocorre desde 1976 quando surgiram os primeiros entendimentos entre os proprietários rurais, em sua maioria criadores e agricultores, e a Fundação Nacional do Índio — Funai. As discussões, na época, envolveram ainda o Ministério do Interior,

Congresso Nacional e a Presidência da República.

De acordo com os agropecuaristas, os índios estão assentados em áreas particulares, tituladas com base em documentação do século passado, mais precisamente em 1840. Consta ainda no documento levado ao ministro Maurício Corrêa relatos dos presidentes das províncias do Pará e do Maranhão, historiadores e pesquisadores em antropologia. Os índios, por suas características de nomadismo, teriam, ido da margem direita do rio Tocantins, na região de Imperatriz, para aquela área em torno de 1870. Assim, até 1971 os índios não foram citados ocupando ou habitando o território hoje questionado pela Funai.

Na Justiça

Em 1981, os proprietários rurais da região ajuizaram ação demarcatória consorcial buscando o delineamento das terras em questão, conforme processos 1875 datado de 1981 na Segunda Vara da Justiça Federal do Maranhão. A demarcação judicial da área foi autorizada, ficando concluído que uma área superior a 13 mil hectares em torno da Aldeia de São José abrange todo o território de ocupação e habitação dos kricatis. Atualmente, o processo está no Tribunal Regional Federal do Maranhão em grau de recurso.